

Brasil pode ganhar R\$ 2,8 trilhões com 'economia verde'



O movimento de recuperação da economia, após o abalo provocado pela pandemia de covid-19, pode gerar 2 milhões de empregos e adicionar R\$ 2,8 trilhões ao PIB brasileiro, além de ajudar o País a se tornar mais resiliente às mudanças climáticas, caso os investimentos forem direcionados para uma economia mais verde. Isso representaria um crescimento de 38% em relação ao PIB de 2019, que foi de R\$ 7,3 trilhões – é como incorporar uma Argentina aos recursos do Brasil.

É a realidade que revela o estudo Uma Nova Economia para uma Nova Era, desenvolvido pelo WRI Brasil, com a UFRJ, ex-ministros de finanças do Brasil e executivos do Banco Mundial. O trabalho faz parte da iniciativa global New Climate Economy, que busca apontar caminhos que aliem o desenvolvimento econômico com o combate ao aquecimento global.

A expectativa é que as mudanças climáticas causem impactos ainda mais severos do que o novo coronavírus. Por isso, vários países estão estudando formas de adotar medidas que tragam ganhos econômicos e climáticos. A construção de uma economia mais eficiente e resiliente teria essa capacidade.

O trabalho focou estratégias que poderiam ser adotadas em três setores estratégicos da economia brasileira: infraestrutura, indústria e agronegócio. Em infraestrutura, a ideia é desenvolver “projetos de qualidade” – como define o estudo – e que não prejudiquem o meio ambiente. Elas podem se valer, por exemplo, dos próprios recursos da natureza e de soluções renováveis, como a energia solar.

“Em qualquer crise, investir em infraestrutura é em geral o plano A para a recuperação de emprego. Mas o Brasil está há 30 anos tentando

fazer isso. O País vai precisar atrair investimento privado, internacional, mas como vai fazer isso sem um selo de desenvolvimento sustentável, sem garantir que uma determinada obra não vai ter conflito socioambiental”, disse ao Estadão, Carolina Genin, diretora de Clima do WRI Brasil e coordenadora do estudo.

Na indústria, a proposta é inovar a partir de tecnologias sustentáveis que reduzam o consumo de combustíveis fósseis, os principais responsáveis, globalmente, pelo aquecimento do planeta.

Na agricultura, a direção é o aumento da eficiência a partir de um uso mais eficiente do solo, reduzindo, por exemplo, a pressão sobre a Amazônia. Uma nova e importante frente de investimento é a recuperação de 12 milhões de hectares de pastagens degradadas. O cálculo é que o setor poderia ganhar R\$ 19 bilhões em produtividade agrícola até 2030.

EstadoSP/Biznews

Economia



BNDES tem prejuízo de R\$ 582 milhões no segundo trimestre

Página - 03

BC: atividade econômica mostra sinais de recuperação parcial

Página - 03

Fusões & Aquisições



XP segue atenta a novas oportunidades de aquisições, diz Constantino

Página - 04

Negócios



Era da China de fábrica mundial acabou, diz fornecedora da Apple

Página - 08

No Mundo

Em disputa com a China, EUA enviam bombardeiros nucleares 'invisíveis' ao Índico



Os Estados Unidos enviaram três bombardeiros com capacidade nuclear B-2 para a base de Diego Garcia, uma ilha no oceano Índico que permite ações em todo o flanco sul da China.

É a primeira vez que isso acontece desde 2016, e o recado é direcionado a Pequim, com quem Washington vive um período de alta tensão diplomática, comercial e militar, dentro da chamada Guerra Fria 2.0 entre os países.

Obviamente ninguém está pensando em bombardear o adversário, mas a lógica do deslocamento é a de intimidação e a de demonstrar poder, num momento em que chineses e americanos intensificam seus jogos de guerra no disputado mar do Sul da China.

Além disso, a posição de Diego Garcia, a 1.800 km ao sul da costa indiana, sinaliza apoio a Nova Déli, que há dois meses entrou em choque militar com Pequim em uma remota região dos Himalaias, perdendo 20 soldados.

Central no gesto americano é a escolha da arma apresentada. O deslocamento dos aviões é um gesto público, calculado. E o B-2 é um aparelho único em suas capacidades.

Ele é a aeronave mais cara já produzido, custando US\$ 2 bilhões (R\$ 10,8 bilhões) cada. É apelidado de avião invisível, por adotar tecnologias que o tornam furtivo à detecção por radares. Os EUA operam 20 deles.

Podem lançar bombas e mísseis convencionais ou nucleares em ambientes alta-

mente protegidos, como seria o caso de instalações chinesas.

Os três aparelhos decolaram de sua base no Missouri (EUA) na terça e, 29 horas depois, chegaram a Diego Garcia sobrevoando o Pacífico apoiados por diversos voos de aviões-tanque.

Lá já estão postados seis bombardeiros estratégicos B-52, também com capacidade nuclear, mas esses são aviões dos anos 1950, feitos para lançar mísseis a longa distância.

Além do simbolismo, ainda mais na semana em que a China ameaça a ilha de Taiwan, aliada dos EUA, com exercícios militares, a ida dos B-2 é um exemplo da nova tática da Força Aérea americana.

Igor Gielow/Folhapress

Governador do distrito de Caracas morre de covid-19



Darío Vivas, o governador do distrito venezuelano que engloba a capital Caracas e forte aliado do presidente Nicolás Maduro, morreu nessa quinta-feira, aos 70 anos, por causa da covid-19, informaram autoridades.

Veterano membro do Partido Socialista que governa o país, Vivas havia dito no Twitter, no dia 19 de julho, que teve teste positivo para o novo coronavírus e que estava entrando em isolamento.

Incêndio florestal na Califórnia força moradores a deixarem suas casas

Um incêndio florestal no estado norte-americano da Califórnia forçou centenas de moradores a deixarem suas casas conforme o fogo assolava as montanhas ao norte de Los Angeles, alimentado por uma vegetação densa de arbustos secos e madeira que queimaram pela última vez entre 50 e 100 anos atrás, afirmaram autoridades dos bombeiros nessa quinta-feira (13).

As chamas atingiram 4,25 mil hectares desde que começaram na tarde de quarta-feira, nas proximidades do Lago Hughes, na Floresta Nacional de Los Angeles. Na tarde de ontem, a contenção ainda estava em zero por cento, apesar de uma leve chuva sobre a área de manhã, disse o porta-voz do Serviço Florestal dos Esta-

dos Unidos Andrew Mitchell.

As temperaturas esperadas na região eram de mais de 37 graus Celsius durante o dia, afirmou Mitchell.

Mais de mil bombeiros foram alocados para combater o incêndio, batizado de Incêndio do Lago, e que pode ter sido provocado por atividade humana, embora a causa precisa ainda esteja em investigação, disse Mitchell.

As temperaturas esperadas na região eram de mais de 37 graus Celsius durante o dia, afirmou Mitchell.

Mais de mil bombeiros foram alocados para combater o incêndio, batizado de Incêndio do Lago, e que pode ter sido provocado por atividade humana, embora a causa precisa ainda esteja em investigação, disse Mitchell.

Reuters/ABR



“Ele morreu em combate, cuidando de sua saúde e de todos nós nessa difícil batalha contra a pandemia de covid-19”, disse a vice-presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, pelo Twitter.

Vivas é a primeira autoridade da Venezuela a morrer pelo vírus, embora vários tenham testado positivo. O ministro do Petróleo, Tareck El Aissami, disse na quarta-feira (12) que havia se recuperado, um mês depois de ter sido infectado, enquanto

o vice-presidente do Partido Socialista, Diosdado Cabello, está em tratamento.

A Venezuela havia notificado 29.088 casos da covid-19 até quarta-feira, com 247 mortes. Os números estão entre os mais baixos dos países da América do Sul, mas médicos e políticos de oposição dizem que os números reais devem ser muito mais altos devido aos atrasos nos testes, citando dados de funcionários da saúde.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

BNDES tem prejuízo de R\$ 582 milhões no segundo trimestre



Com aumento de provisões para calote e perdas em sua carteira de ações, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) registrou prejuízo de R\$ 582 milhões no segundo trimestre de 2020. Foi o primeiro prejuízo desde o segundo trimestre de 2016, quando o banco perdeu R\$ 3 bilhões.

Em entrevista para detalhar o balanço, o banco diz já ter disponibilizado R\$ 59,3 bilhões, em recursos próprios ou do Tesouro, para socorrer empresas em dificuldades financeiras durante a pandemia. A crise reverteu curva de queda em consultas e aprovações de novos financiamentos.

A diretora financeira do BNDES, Bianca Nasser, frisou que o prejuízo do segundo trimestre foi contábil, resultado da ampliação em R\$ 300 milhões das provisões para risco de crédito e da perda de

R\$ 1,2 bilhão com empresas em que o banco tem participação, principalmente a JBS.

Sem esses fatores não recorrentes, disse ela, o resultado seria lucro de R\$ 1,3 bilhão. “O cenário macroeconômico foi responsável pelos principais impactos do balanço”, disse ela. No primeiro semestre, o banco acumulou lucro de R\$ 5 bilhões.

O desempenho em 2020 tem forte influência da política de redução da carteira de ações do banco. Em fevereiro, o BNDES vendeu R\$ 22 bilhões e ações da Petrobras, na segunda maior oferta de ações já feita no país -perdendo apenas para a própria capitalização da estatal, em 2010.

Ao todo, o banco já se desfez de R\$ 33,7 bilhões em ações, com ganho líquido de R\$ 29 bilhões. Sem os efeitos não recorrentes no balanço, o lucro do primeiro trimestre seria de R\$ 3,7 bi-

lhões, informou a executiva.

Em agosto, o banco vendeu R\$ 8,1 bilhões em ações da Vale. Essas operações são parte de uma estratégia para reduzir o tamanho de sua carteira de participações, que valia R\$ 77,3 bilhões ao fim de junho e tem grande concentração em poucas empresas, como a Petrobras, a JBS e a Vale.

Com a pandemia, o BNDES vem experimentando crescimento em suas operações de crédito após anos de queda. No segundo trimestre, o banco desembolsou R\$ 17,5 bilhões, 65% a mais que mesmo período do ano anterior.

Com o programa emergencial de suspensão de pagamentos de parcelas dos financiamentos, a receita com liquidações caiu em R\$ 21 bilhões. Assim, a carteira de crédito do banco cresceu para R\$ 444,3 bilhões.

Nicola Pamplona/Folhapress

BC: atividade econômica mostra sinais de recuperação parcial



Indicadores de atividade mostram sinais de recuperação parcial da economia brasileira, avaliou o Banco Central (BC), no Boletim Regional divulgado sexta (14). “Todavia, a atividade econômica mostra sinais de recuperação parcial, com setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social ainda bastante deprimidos, apesar da recomposição de renda gerada pelos programas de governo [como o auxílio emergencial]”, informou o BC.

“Mesmo com melhor conhecimento da dimensão dos impactos iniciais da pandemia, o grau de incerteza so-

ANP prorroga contratos de campos maduros terrestres de petróleo e gás

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a prorrogação de mais quatro contratos de campos maduros terrestres de produção de petróleo e gás. São eles Massapé, Cantagalo, Fazenda Azevedo e Fazenda Boa Esperança. Com mais esses quatro contratos, chegam a 34 os campos maduros com contratos prorrogados, sendo 21 marítimos e 13 terrestres, que deverão gerar mais de US\$ 28 bilhões em novos investimentos, segundo a ANP. Outros 44 pedidos de prorrogação estão em análise pela Agência, dos quais três são marítimos e 41 terrestres.

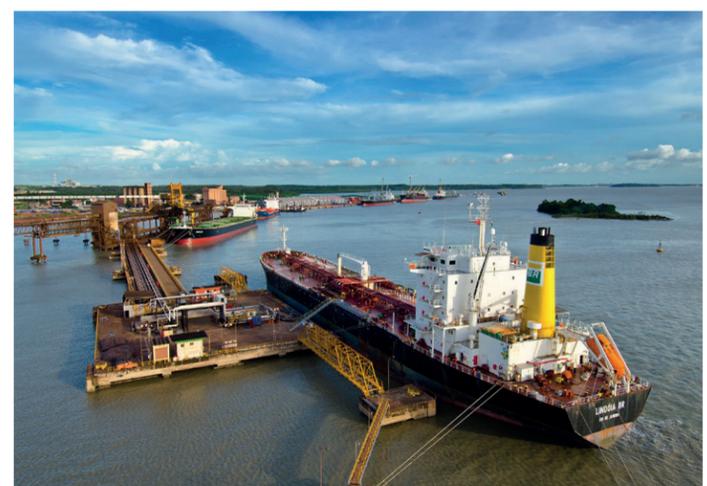
A ANP esclareceu sexta (14), por meio de sua assessoria de imprensa, que a prorrogação de contratos é importante para atrair novos investidores para esses campos, principalmente aqueles

que estão no Plano de Desinvestimentos da Petrobras. A maioria desses campos é oriunda da Rodada Zero, realizada em 1998, que teria seus contratos encerrados em 2025.

Ainda de acordo com a ANP, as prorrogações ocorrem no âmbito da revisão dos planos de desenvolvimento dos campos, com o objetivo de aumentar a vida útil do campo e o fator de recuperação, e estão em consonância com diretrizes de resoluções do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

As revisões dos quatro planos de desenvolvimento cujos contratos foram prorrogados contemplaram também a redução de alíquota de royalties sobre a produção incremental, que é a produção que ultrapassa a curva de produção inicialmente prevista para o campo, sendo fruto de novos investimentos.

Alana Gandra/ABR



bre o ritmo de recuperação da economia permanece acima do usual, sobretudo a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais.”

Na avaliação por regiões, “os impactos econômicos da pandemia foram relevantes e de intensidade relativamente semelhante, com exceção do Centro-Oeste, que registrou efeitos menos pronunciados”.

A retração da atividade econômica entre as regiões do país variou de 3,5% no Centro-Oeste a 8% no Nordeste, no trimestre encerrado em maio, na comparação com

o período anterior (dados com ajustes sazonais).

O Banco Central destacou que a trajetória dos principais indicadores econômicos do Sudeste confirmou, até o trimestre encerrado em maio, o impacto significativo da pandemia da covid-19.

O IBCR-SE recuou 6,6% no período, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação. Embora tenha registrado queda trimestral, o indicador cresceu 2,2% em maio comparativamente ao mês anterior, considerados dados desazonalizados.

Kelly Oliveira/ABR

Fusões & Aquisições

XP segue atenta a novas oportunidades de aquisições, diz Constantino



Executivo-chefe de investimentos da companhia acredita que a disrupção feita no mercado de investimentos de varejo pode ser replicada no atacado. Após ter feito uma série de aquisições no primeiro semestre para reforçar a sua estrutura, a XP Inc. ainda pode avaliar novos negócios, segundo Bruno Constantino, executivo-chefe de investimentos da companhia.

“De fato, o ecossistema segue sendo reforçado”, disse em teleconferência com a imprensa. “Temos uma área ativa de M&A proprietária, atenta a oportunidades, tornando a experiência cada vez melhor, seja para pessoa física, investidores institucionais, assets independentes, seja para o setor corporativo.”

Ao longo dos primeiros meses do ano, a XP anunciou

a compra do controle da consolidadora de investimentos Fliper, que prepara a empresa para as demandas regulatórias do “open banking”; da fintech de seguros DM10; a parceria com a Vert para criar a DuAgro, que mira o segmento de produtores rurais, além da aquisição da Antecipar, que atua no mercado de antecipação de recebíveis.

Constantino frisou que a disrupção feita no mercado de investimentos de varejo pode ser replicada no atacado, talvez em até maior grau, com a contratação do ex-CEO do J.P. Morgan no Brasil José Berenguer. “É uma vertical que faz sentido para os nossos propósitos, de ter um ecossistema completo.”

A janela para ofertas de mercados de capitais, que se fechou entre março e abril, voltou a existir e ele espe-

ra um segundo semestre de maior atividade nessa área. “Queremos estar entre os top 3 até o fim do ano.”

No varejo, depois de lançar um cartão de crédito que está em fase de testes, outra entrega prevista é a conta digital. Constantino afirmou, contudo, que a ideia não é competir com o Nubank, mas proporcionar uma experiência diferente para que os clientes possam “cortar de vez o cordão umbilical com os bancos”, onde o brasileiro ainda concentra 90% de seus investimentos.

A XP Inc. fechou o segundo trimestre com o seu melhor resultado. Obteve um lucro líquido de R\$ 565 milhões, 148% superior ao registrado em igual período do ano passado, e com alta de 36% em relação ao primeiro trimestre.

Biznews

Stone compra Linx por R\$ 6 bi e inicia nova fase da ‘guerra das maquininhas’



O anúncio de compra da Linx pela empresa de meios de pagamento Stone, por R\$ 6 bilhões, é um sinal da nova onda de movimentação no Brasil, dentro de um cenário de crescente competição apelidado de “guerra das maquininhas”. Como pano de fundo deste processo estão o Pix e o open banking, iniciativas na direção de abertura de mercado financeiro implementadas pelo Banco Central.

Com receitas combinadas de R\$ 3,6 bilhões, a fusão da Stone com a Linx cria oportunidade de gerar pagamentos no volume bruto

Accenture anuncia aquisição de empresa brasileira

A Accenture anunciou a aquisição da Organize Cloud Labs, primeira empresa parceira na categoria Elite da ServiceNow na América Latina. A operação fortalece a ampla gama de ofertas de tecnologia da Accenture, além do profundo conhecimento em estratégia, migração, implementação e gerenciamento de cloud. O valor da transação não foi revelado.

Juntas, a Accenture e a Organize Cloud Labs oferecem aos clientes acesso à mais ampla experiência no mercado local para promover inovação e transformação dos processos e das infraestruturas existentes. Com isso, as empresas encontram respostas às necessidades do usuário final no processo de

sua transformação digital. “Esta aquisição aumenta nossa liderança na América Latina e fortalece a Accenture como líder global do ecossistema de ServiceNow”, comenta Leonardo Framil, presidente da Accenture para o Brasil e América Latina. “A Organize Cloud Labs acelera nossa estratégia de crescimento em ServiceNow, combinando conhecimento de indústria com especialização em nuvem.”

A plataforma ServiceNow permite às organizações gerenciar fluxos de trabalho digitais para o crescimento dos negócios com processos dinâmicos e simplificados, permitindo que acelerem a transformação digital e fortaleçam a experiência de funcionários e dos clientes.

Startups



de R\$ 300 bilhões, de acordo com apresentação feita ao mercado pela empresa.

Para fazer frente à operação, a Stone fará na bolsa de tecnologia Nasdaq, onde é listada, uma oferta de ações de cerca de US\$ 1 bilhão, que deverá ser suficiente, por causa da taxa de câmbio, para pagar a transação, que será 90% em dinheiro e 10% em ações do novo negócio. O acordo depende de aprovação de órgãos reguladores e dos acionistas da Linx.

O que a Stone tem em mente, com a aquisição, é promover inovação em soluções para varejistas digitais, que poderão melhorar a expe-

riência de pagamentos de seus clientes e também oferecer serviços bancários com sua marca. A Stone terceirizaria esse serviço ao varejo, evitando que as empresas tenham de montar uma estrutura própria.

Segundo o presidente da Stone, Thiago Piau, o acordo com a Linx é uma oportunidade para a empresa criar soluções inovadoras para o e-commerce. Para ele, a aquisição acelera projetos da companhia. Essa oferta a varejistas deverá dar resultados financeiros à Stone dentro de dois anos, segundo o executivo.

Estado SP/Biznews



CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA SANTA LUZIA

R. da Padroeira, 83 - Jardim Nordeste - CEP 03691-130 - São Paulo/SP
CNPJ nº 53.834.560/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao período encerrado em 31 de Dezembro de 2019 elaboradas nas formas da legislação vigente e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar os esclarecimentos eventualmente necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE
Circulante		2.292.590,43	1.834.535,09	Circulante	2.751.748,30
Disponibilidades	3.8	2.189.884,98	1.665.711,36	Fornecedores	9
Caixa	5	3.689,20	3.792,87	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10
Bancos Conta Movimento		2.963,02	1.082,58	Obrigações Tributárias	11
Aplicações Financeiras		1.283.232,76	1.660.835,91	Outras Contas a Pagar	12
Outros Ativos Circulantes		102.705,45	168.823,73	Conv. Subv e Auxílios a Aplicar	13
Auxílios e Subvenções a receber	7	5.913,00	69.157,51	Convênios e Subvenções Públicas	
Outros Créditos	6	92.503,24	95.487,15	Convênios Pessoa Jurídica	
Seguros a Apropriar	21	4.289,21	4.179,07	Não - Circulante	
Não - Circulante		880.280,84	935.527,72	Subvenções p/	
Realizável a Longo Prazo				Aquisição de Imobilizado	14
Imobilizado	8	880.280,84	935.527,72	Patrimônio Líquido	15
Bens em Operação		1.940.328,25	1.927.586,89	Patrimônio Social	
(-) Depreciação Acumulada		(1.060.047,41)	(992.059,17)	Superávit/Deficit do Exercício	22
Total do Ativo		3.172.871,27	2.770.062,81	Total do Passivo+PL	3.172.871,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS INTEGRANTES DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Patrimônio Social		Resultado do Exercício	
		Saldo em 31/12/2017	RS 404.070,24	RS (174.055,37)	RS 230.014,87
2018	(-) Deficit do Exercício 2018			RS (365.137,55)	RS (365.137,55)
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social		RS (174.055,37)	RS 174.055,37	RS (174.055,37)
	Saldo em 31/12/2018		RS 230.014,87	RS (365.137,55)	RS (135.122,68)
2019	(-) Deficit do Exercício 2019		RS (365.137,55)	RS (27.854,31)	RS (27.854,31)
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social		RS (135.122,68)	RS (27.854,31)	RS (162.976,99)
	Saldo em 31/12/2019		RS (135.122,68)	RS (27.854,31)	RS (162.976,99)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2019 (em Reais)

		2019	2018	2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
(+/-) Superávit ou Deficit do Exercício	RS (27.854,31)	RS (365.137,55)			
(+/-) Depreciação / Amortização	RS 67.988,24	RS 66.295,57			
Superávit ou Deficit Ajustado	RS 40.133,93	RS (298.841,98)			
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	RS 45.766,44	RS 77.654,33			
(+/-) Despesas Antecipadas	RS (110,14)	RS (1.209,90)			
(+/-) Convênios e Subvenções a Receber	RS 63.244,51	RS 92.752,28			
(+/-) Outros Ativos Circulantes	RS (17.367,93)	RS (13.888,05)			
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	RS 451.014,61	RS 691.466,09			
(+/-) Fornecedores	RS 3.630,05	RS (280.954,71)			
(+/-) Obrigações Trabalhistas e Sociais	RS 72.872,79	RS 180.576,52			
(+/-) Obrigações Tributárias	RS 15.692,77	RS (3.748,72)			
(+/-) Convênios e Subvenções a Realizar	RS 348.029,62	RS 824.094,22			
(+/-) Outros Passivos Circulantes	RS 10.789,38	RS (28.501,22)			
(=) Caixa Líquido das Atividades de Operacionais	RS 536.914,98	RS 470.278,44			

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019 e 31/12/2018

NOTA 1) CONTEXTO SOCIAL

O CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA SANTA LUZIA, é uma associação civil de natureza confessional, beneficente, filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter assistencial, educacional, religioso e cultural, constituída sob a inspiração dos ensinamentos e do carisma de São João Bosco, conforme Decreto de Ereção Canônica nº 240 de 1º de Outubro de 1996, que tem por finalidade a educação, a assistência social e religiosa por meio da promoção da infância, da adolescência, da juventude, da família e de adultos em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estando registrado e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 53.834.560/0001-08. O Centro Social da Paróquia Santa Luzia é constituído pelas seguintes Filiais:

- CEI SALESIANO SANTA LUZIA - CNPJ: 53.834.560/0002-99
- CEI JARDIM NORDESTE - CNPJ: 53.834.560/0003-70
- CCA SÃO NICOLAU - CNPJ: 53.834.560/0004-50
- CEI LAURA VICIUNA - CNPJ: 53.834.560/0005-31
- CEI MARIA AUXILIADORA - CNPJ: 53.834.560/0006-12
- SMS/MA - CNPJ: 53.834.560/0007-01

Essas filiais, sendo 04 educacionais e 02 assistenciais.

NOTA 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas No Brasil as quais compreendem a Legislação Societária, a Resolução do CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1) que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e a Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITC 2002 (R1) de 21/08/2015, com disposições aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 16 de Março de 2020.

NOTA 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas mais relevantes adotadas pela entidade são: **a) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída com resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **b) Caixa e Equivalente de Caixa** - Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, e estão sendo demonstradas pelo custo acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Convênios e Subvenções a Receber** - Referem-se aos gastos pertinentes aos Projetos Sociais e Educacionais quitados com recursos próprios da Entidade, pendentes de reembolso pelos órgãos governamentais até a data do Balanço. **d) Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada, de acordo com a legislação fiscal, com base em taxas que contemplam a vida útil dos bens. **e) Teste de Impairment do Ativo Imobilizado** - As demonstrações contábeis do Centro Social da Paróquia Santa Luzia são elaboradas de acordo com normas, orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente a Resolução CFC 1409/12 que aprova a ITC 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. No que se refere à aplicação do teste de impairment, para confirmar a necessidade ou não da redução ao valor recuperável de ativos, o assunto é tratado na IFRS completa por meio do CPC 01 (R1) e na contabilidade das PMES - NBC TG 1000 (R1), seção 27. O Centro Social da Paróquia Santa Luzia por ser uma entidade sem fins lucrativos está sujeita aos critérios contábeis específicos estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.409/2012 e no que tange a redução ao valor recuperável de ativos, aplicou-se o disposto na seção 27 da NBC TG 1000 (R1) para identificar se houve desvalorização do ativo, a entidade deverá realizar o teste de impairment, entretanto, esse teste só será realizado se houver indícios de natureza externa ou interna de desvalorização do ativo, ou seja, a entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, não se existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável. No exercício de 2019, a Administração do Centro Social da Paróquia Santa Luzia optou por avaliar os bens do ativo imobilizado, no momento de eventual alienação ou troca. **f) Provisões de Férias e 13º** - São registrados mensalmente os valores de férias e décimo terceiro salário, com base na remuneração mensal dos empregados e no período aquisitivo incorrido até a data do Balanço, acrescido dos encargos sociais correspondentes. **g) Ativos, Passivos Contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas com base nos critérios a seguir: **Contingências Ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências Passivas** - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como Perdas Possíveis por assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como Perda Remota, não requerem provisão ou divulgação. **h) Isenções e Imunidades** - A instituição goza de imunidade prevista na Constituição Federal, especificamente no Artigo 150 VI, alínea b e a fim de atender o parágrafo 27 - letra c da NBC ITC 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC 1.409 de 2012, não possui em suas atividades tributos objeto de renúncia fiscal. **i) Apuração do Resultado do Exercício** - As Receitas e Despesas foram apropriadas de acordo com o regime de competência. As Receitas com Convênios e Subvenções são realizadas de acordo com o critério de reconhecimento definido pela NBC TG 07 (R2) e quando não atendidos os critérios são controladas em contas específicas no Passivo.

NOTA 4) CEBAS - CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade dispõe do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com validade até 15/08/2021. Com a publicação da Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei 12.868/2013, que alterou as normas para concessão do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a entidade protocolizou em 15/02/2011, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual se encontra deferido com vencimento de 18/08/2016, decisão publicada em 29/12/2017. Em 28/03/2019 a entidade protocolizou o processo nº 71000.017.2019-11 e em 24/06/2019 enviou o protocolo nº 235874.0004230/2019, ambos encontram-se aguardando análise.

NOTA 5) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Sua composição é a seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	RS 3.294,07	RS 3.792,87
Banco Conta Movimento	RS 2.963,02	RS 1.082,58
Aplicações Financeiras (a)	RS 1.283.232,76	RS 1.660.835,91
Total	RS 2.189.884,98	RS 1.665.711,36

a) As aplicações financeiras estão apresentadas, substancialmente, por aplicações em fundos de investimento com rendimentos equivalentes às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDB) e Cadenetes de Poupança contraiadas junto às instituições financeiras (Brasil S/A e Bradesco S/A) de primeira linha.

NOTA 6) OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Tributos a Recup./Compens.	RS 0,00	RS 1.793,50
Aluguéis a Receber	RS 13.377,74	RS 13.377,74
Créditos a Receber	RS 0,00	RS 575,16
Adto. a Fornecedores	RS 79.125,50	RS 79.740,35
Total	RS 92.503,24	RS 95.487,15

NOTA 7) CONVÊNIO E SUBVENÇÕES A RECEBER

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Escola Social Esportiva	RS 5.913,00	RS 69.157,51
Total	RS 5.913,00	RS 69.157,51

NOTA 8) IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Edifícios	RS 273.934,74	RS 273.934,74
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	RS 335.305,31	RS 335.305,31
Equipamentos de Informática	RS 103.803,92	RS 103.803,92
Móveis e Utensílios	RS 206.344,14	RS 193.602,78
Veículos	RS 87.140,00	RS 87.140,00
Aparelhos Telefônicos	RS 19.984,82	RS 19.984,82
Beneficentários em Móveis de Terceiros	RS 753.595,40	RS 753.595,40
Demais Imobilizações	RS 151.809,92	RS 151.809,92
Material Educativo e Esportivo	RS 8.410,00	RS 8.410,00
(-) Depreciação Acumulada Imobilizado Líquido	RS (1.060.047,41)	RS (992.059,17)
Total	RS 880.280,84	RS 935.527,72

NOTA 9) FORNECEDORES A PAGAR

Correspondem aos valores a serem pagos aos prestadores de serviços e fornecedores de bens e materiais.

NOTA 10) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Salários a Pagar	RS 361.159,00	RS 293.712,00
Recursos Contratuais a Pagar	RS 0,00	RS 15.625,00
INSS S/Salários a Recolher	RS 46.941,28	RS 41.966,58
FGTS a Recolher	RS 49.996,55	RS 48.966,57
Provisão Sindical a Recolher	RS 615,82	RS 0,00
Contribuições de Férias	RS 624.098,90	RS 609.668,61
(-) Adiantamento de Férias	RS (305.722,38)	RS (285.370,54)
TOTAL	RS 777.089,17	RS 724.568,22

NOTA 11) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
ISS a Recolher	RS 1.985,72	RS 185,48
PIS a Recolher	RS 6.630,20	RS 4.359,14
IRRF S/Salários	RS 9.377,77	RS 3.044,38
IRRF Retido de Terceiros	RS 522,13	RS 591,81
CSRF Retido de Terceiros	RS 667,18	RS 164,38
INSS Retido de Terceiros	RS 4.953,08	RS 0,00
Outros Impostos a Recolher	RS 0,00	RS 102,12
Total	RS 24.140,08	RS 8.447,31

NOTA 12) OUTRAS CONTAS A PAGAR

Correspondem aos valores a pagar da conta de água, de energia elétrica e de telefones utilizados nas operações da Entidade.

NOTA 13) RECURSOS DE CONVÊNIO, SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/ A APLICAR

Correspondem aos saldos de recursos financeiros, provenientes de Convênios, Subvenções e Doações de P/ (Nacionais ou Internacionais) celebradas pela Entidade, porém ainda não realizadas dentro do exercício de acordo com a prestação de contas. Estes recursos serão apropriados para a conta de Resultado, especificamente conta de receitas somente quando houver a utilização nos Projetos Sociais e Educacionais e conforme as disposições da Resolução CFC 1.409/12, que determina que as entidades devam aplicar os critérios de reconhecimento da receita nos termos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Demonstramos da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019 (em Reais)

NE	2019	2018	NE	2019	2018
	RS 10.990.043,84	RS 9.494.226,16			
Receitas Totais					
Receitas de Atividades de Assistência Social	RS 5.395.126,53	RS 4.735.981,01			
Subvenções	RS 5.024.923,47	RS 4.422.400,47			
Subvenções Governamentais	RS 203.667,24	RS 298.546,46			
Convênios Internacionais	RS 11.004,38	RS 10.245,95			
Doações de Pessoas Jurídicas	RS 9.908,00	RS 101,95			
Doações de Pessoas Físicas	RS 1.096,38	RS 0,00			
Vendas de Bens e Serviços	RS 153.112,72	RS 0,00			
Venda de Serviços (Contraprestação do usuário)	RS 37.600,00	RS 0,00			
Serviços Voluntários Assistência Social	RS 115.512,72	RS 0,00			
Outras Receitas	RS 2.418,72	RS 4.788,13			
Receitas Financeiras	RS 2.418,72	RS 4.788,13			
Receitas de Atividades de Educação	RS 4.832.940,29	RS 3.935.583,60			
Subvenções	RS 4.781.851,00	RS 3.925.281,72			
Subvenções Governamentais	RS 4.781.851,00	RS 3.925.281,72			
Vendas de Bens e Serviços	RS 50.156,76	RS 9.919,58			
Venda de Serviços (Contraprestação do usuário)	RS 0,00	RS 9.919,58			
Serviços Voluntários Educacional	RS 50.156,76	RS 0,00			
Outras Receitas	RS 932,53	RS 382,30			
Receitas Financeiras	RS 932,53	RS 382,30			
Outras Receitas Administração	RS 761.977,02	RS 822.661,55			
Receitas Financeiras	RS 3.344,98	RS 5.558,57			
Poupança	RS 0,53	RS 39,60			
Fundos de Investimentos	RS 2.242,96	RS 4.283,20			
Outras (Descontos, Reembolsos, etc.)	RS 1.101,49	RS 1.235,77			
Receitas Patrimoniais	RS 151.890,25	RS 151.352,48			
Aluguéis e Eventos	RS 126.048,24	RS			

Publicidade Legal

O Centro Social da Paróquia Santa Luzia realiza a seleção de bolsistas e beneficiários de demais benefícios das suas instituições mantidas, pelo critério socioeconômico, para os fins do disposto no artigo 15, caput e §2º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

NOTA 20) TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002, o Centro Social da Paróquia Santa Luzia, nesse exercício reconheceu pelo valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, a prestação de serviço não remunerado pela sua diretoria. O montante desse serviço corresponde a R\$ 168.000,00. Esse montante foi reconhecido tanto em receita operacional como em despesa operacional na Demonstração de Resultado, não ocasionando efeito no resultado do exercício, uma vez que não ocorreu qualquer desembolso financeiro.

NOTA 21) CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

A Entidade tem contratadas em valor suficiente Apólices de Seguro para cobertura de eventuais sinistros com seus veículos e incêndio, explosão e fumaça somente para um dos imóveis locados e utilizados em suas atividades.

NOTA 22) RESULTADO DO EXERCÍCIO

O déficit apurado no exercício de 2019 no valor de R\$ 27.854,31 deverá ser incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 23) EVENTO SUBSEQUENTE

Considerando que o mundo foi surpreendido com a Pandemia chamada CORONAVÍRUS (COVID-19), informamos aos Dirigentes, Usuários e a Sociedade, que essa Pandemia abalou substancialmente a economia, a produção e o comércio mundial,

agravada pelo fechamento de fronteiras, pelo isolamento de pessoas, pela alteração do comportamento da sociedade, e principalmente pelo cancelamento de eventos para arrecadação de recursos financeiros que auxiliam na consecução do objetivo social da Entidade. Até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, estão mantidas as liberações de recursos financeiros relacionados às subvenções governamentais. No aguardo de medidas governamentais, dos pontos de vista econômico e fiscal no auxílio às Pessoas Jurídicas, e diante de um quadro econômico que poderá reduzir as receitas da Entidade, será aplicado um maior rigor e/ou controle sobre o Fluxo de Caixa em relação aos passivos e/ou obrigações já existentes e aos novos que serão agregados. As Demonstrações Contábeis futuras serão afetadas pelas ocorrências aqui abordadas, no entanto, não há como mensurarmos eventuais impactos financeiros ou riscos à continuidade operacional da Entidade.

DIRETORIA

ANDRÉ LUIZ SIMÕES
Diretor - Presidente
CPF nº 277.136.418-23

PEDRO LUIZ ZANINI DE CAMARGO
Téc. Cont. CRC 15P 084.908/O-9
CPF nº 539.273.388-34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Ilmos. Srs. Diretores do Centro Social da Paróquia Santa Luzia

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis, do Centro Social da Paróquia Santa Luzia, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Social da Paróquia Santa Luzia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis, que apresenta potencial impacto do COVID-19 como um evento subsequente não ajustável, em atendimento às Normas Técnicas, NBC TA 560 (R1), Pronunciamento 24 do CPC, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com correlação ao IAS 10 (International Accounting Standards). Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentados para fins de comparação foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 13 de Maio de 2019, que não conteve modificação de opinião sobre essas Demonstrações Contábeis. **Responsabilidades da**

administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de Março de 2020.

N. Rojo Auditores Independentes S.S.
CRC 25P 016.452/O-0

Marcio Sorbara
Diretor - Contador CRC 15P155096/O-9

Oi define mínimo de R\$ 20 bilhões para venda de unidade de fibra



A Oi definiu o valor mínimo para a venda de sua unidade de fibra, conhecida como InfraCo, em R\$ 20 bilhões, segundo o presidente Rodrigo de Abreu.

Em teleconferência com acionistas nesta sexta-feira (14), Abreu disse ainda que a empresa planeja leiloar essa unidade no primeiro trimestre de 2021 e concluir a venda até setembro de 2021.

A Oi está vendendo ativos para tentar sair da recuperação judicial até maio de 2022.

Na teleconferência, executivos comentaram os resultados da companhia no segundo trimestre. A Oi registrou prejuízo líquido de R\$ 3,4 bilhões no período, mais do que dobrando as perdas em relação ao mesmo período de 2019, em resultado

pressionado por pagamento de dívida e receitas menores.

O resultado operacional medido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) caiu 15%, para R\$ 1,36 bilhão.

Além da InfraCo, a Oi está vendendo sua unidade móvel. TIM Brasil, Telefônica Brasil (Vivo) e Claro ofertaram em proposta conjunta, R\$ 16,5 bilhões pela Oi Móvel em um acordo de exclusividade para negociar a compra. A negociação também envolve contratos de longo prazo para uso da infraestrutura de rede da operadora.

Em uma das maiores recuperações judiciais do Brasil, a Oi vai promover assembleia de credores em 8 de setembro.

De acordo com dados da consultoria Teleco de maio, a Oi é a quarta colocada no

mercado de telefonia móvel no país, com participação 16,28%. A primeira é a Vivo, com 33,01%, seguida pela Claro/Nextel, com 25,97%, e pela TIM, com 23,20%.

A Oi pediu recuperação judicial em 2016 com uma dívida, à época, de R\$ 65 bilhões. A empresa quer usar o dinheiro da venda de sua unidade móvel para financiar o crescimento da sua banda larga de fibra ótica e pagar dívidas, tentando escapar da proteção de insolvência.

Segundo balanço do primeiro trimestre, o total da dívida financeira da Oi era de R\$ 24 bilhões. A dívida que está na recuperação judicial é ainda maior, porque inclui outros créditos, como aqueles obtidos com a Anatel.

Folhapress

Bolsa fecha em alta de 0,89%, com perda de 1,38% na semana

O Ibovespa ensaiou recuperação nesta última sessão da semana, mas na etapa final mostrou menos fôlego para distanciar-se muito dos 100 mil pontos, chegando na mínima a 100.444,74 pontos, saindo de máxima a 101.717,34 pontos, com abertura a 100.469,44. Nesta sexta-feira, 14, o índice da B3 fechou em alta de 0,89%, a 101.353,45 pontos, acumulando perda de 1,51% em agosto, mês desenhado nesta primeira quinzena de forma distinta dos anteriores, quando colheu ganhos acima de 8%, cada, entre maio e julho, e de 10,25% em abril. Na semana, acumulou perda de 1,38%, vindo de leve ajuste de -0,13% e de +0,52% nos períodos precedentes. O giro de hoje totalizou R\$ 28,7 bilhões. No ano, as perdas vão agora a 12,36%.

Os sinais de desmonte do

figurino liberal do governo estão levando o mercado a colocar as barbas de molho, em meio à percepção de que se tenta conciliar, no setor público, discussão sobre crédito extraordinário para obras e reiteração de compromisso com o teto de gastos, como os de varejo, e os balanços, era para ser uma semana positiva, e não o foi por conta das preocupações fiscais, que devem persistir", diz Rodrigo Franchini, sócio e head de produtos na Monte Bravo Investimentos.

Para Franchini, com o nível de aprovação de Bolsonaro em seu ponto mais alto, conforme pesquisa divulgada hoje pelo Datafolha, o gosto pelo populismo distributivo tende a ser alimentado, em momento no qual o próprio presidente admite que a questão do teto de gastos foi colocada em "debate". IstoéDinheiro



Publicidade Legal

PARASON Calpher Máquinas e Equipamentos Ltda.
 CNPJ/MF nº 11.016.434/0001-04 – NIRE 35.222.977.158

Alteração Contratual, com Transformação da Sociedade de Limitada para Sociedade por Ações
 Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **Parason Participações Societárias Ltda.**, CNPJ nº 32.661.666/0001-87 e NIRE 35.235.441.669, neste ato devidamente representada por seu representante legal, Sr. **Sergio Paulo Zalewska**, RG nº 12.333.530-9 e CPF/ME nº 044.428.258-07, doravante simplesmente "**Parason**", única sócia da empresa **Calpher Máquinas e Equipamentos Ltda.**, com sede à Rua Alfredo Achcar, 970º, Edifício 4, Vinhedo/SP, têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social e transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresarial limitada em sociedade por ações nos seguintes termos: **A) Da Denominação Social:** Tendo em vista a transformação de tipo jurídico da sociedade, bem como a decisão da sócia em modificar a denominação social da empresa, deará a mesma de ser denominada **Calpher Máquinas e Equipamentos Ltda.**, para se chamar **Parason Machinery S/A**. **B) Da Composição dos Acionistas:** **Parason Participações Societárias Ltda.**, acima qualificada, neste ato devidamente representada por seu representante legal, Sr. **Sergio Paulo Zalewska**, acima qualificado; e **Samuel Victorio**, RG nº 22.666.909-9 SSP/SP e CPF/MF nº 173.238.698-62. **C) Do Capital Social:** Em decorrência da transformação da natureza da sociedade, resolvem os acionistas converter as quotas do capital social em ações, sem valor nominal, nos seguintes termos: O capital social que antes era de R\$ 200.000,00, dividido em 200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma constituído em moeda nacional do País, passa a ser de R\$200.000,00, dividido em 200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto. O acionista admitido **Samuel Victorio**, supra qualificado, aumenta o capital da sociedade em R\$ 22.222, com a emissão de 22.222 novas ações, por meio da conversão em capital de seu crédito em face da Companhia, no valor de R\$ 4.321.634,89. Com decorrência, o capital da Companhia, passa de R\$ 200.000,00 para R\$ 222.222,00, sendo que o ágio na subscrição de quotas no montante de R\$ 4.299.412,89, será registrado como reserva de capital. Para fins de cumprimento ao disposto no Artigo 6º, inciso III, da Instrução Normativa nº 88 do Departamento Nacional do Registro de Comércio, consta como anexo à presente Ata a relação completa dos Acionistas, com a indicação da quantidade de ações resultantes da conversão das quotas ("Anexo I – Boletim de Subscrição"). **D) Do Comitê Executivo e Consultivo:** O Comitê Executivo da Companhia será composto por 2 membros, neste ato, eleitos: • **Chandrashekar Desarda** (CPF 715.213.031-00), que ocupará o cargo de conselheiro executivo e consultivo 1; • **Khishor Chandrashekar Desarda** (CPF 715.658.561-47), que ocupará o cargo de conselheiro executivo e consultivo 2. O referido comitê possui caráter permanente e função deliberativa com vinculação à Diretoria. Ou seja, será órgão de consulta dos diretores, para a prática dos atos da administração. O comitê eleito poderá se manifestar sobre quaisquer assuntos, sempre no intuito de assessorar a Diretoria em suas atribuições. **E) Da Composição da Diretoria:** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (membros) e no máximo 5 membros. Os acionistas, no presente ato, de acordo com o que dispõe o Artigo 14º do Estatuto Social que passará a vigorar a partir da presente data, elegem para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Financeiro os seguintes nomes: **Samuel Victorio**, acima qualificado, para o cargo de **Diretor Presidente**; **Sergio Paulo Zalewska**, acima qualificado, para o cargo de **Diretor Financeiro**. Os diretores eleitos terão direito ao recebimento de pro-labore, conforme deliberação em Assembleia. Os Diretores eleitos desde já declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, os por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **F) Do Estatuto Social:** Em virtude das alterações supramencionadas, resolvem os acionistas no presente ato aprovar a redação do Estatuto Social da sociedade, o qual se encontra anexo ao presente instrumento e que dele faz parte integrante. E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 3 vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas instrumentárias abaixo. São Paulo, 29/04/2020. **Parason Participações Societárias Ltda.**, p. **Sergio Paulo Zalewska** – Acionistas, **Samuel Victorio** – Acionista, **Samuel Victorio** – Diretor Presidente, **Sergio Paulo Zalewska** – Diretor Financeiro. **Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Objeto Social, Sede e Prazo de Duração.** Artigo 1º. **Parason Machinery SA** ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada pelas Leis nº 9.457/97 e nº 10.303/01, e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social a atividade de fabricação, comércio, importação e exportação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios, manutenção e assistência técnica de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos e locação de máquinas e equipamentos industriais. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede na Rua Alfredo Achcar, 970º, Edifício 4, Vinhedo-SP, podendo abrir, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante simples deliberação dos administradores lavrada em ata. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 5º.** Na hipótese de assinatura e arquivamento na sede da Companhia de um Acordo de Acionistas, a Companhia deverá observar as disposições ali contidas. **Capítulo II – Capital Social e das Ações.** **Artigo 6º.** O capital social, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 222.222,00, dividido em 222.222 ações ordinárias, sem valor nominal, todas nominativas. **Artigo 7º.** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia. **Capítulo III – Da Assembleia Geral.** **Artigo 8º.** A Assembleia, convocada na forma da lei, tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção daqueles que, por disposição legal ou força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência dos órgãos de administração. **Artigo 9º.** Os acionistas reunir-se-ão em AGO, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Artigo 10º.** As Assembleias deverão ser convocadas com, no mínimo, 10 dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 dias de antecedência, em segunda convocação, observado o § 4º do Artigo 124 da Lei das S.A. **Artigo 11º.** A Assembleia será considerada instalada com a presença dos acionistas titulares dos votos exigidos para a sua deliberação válida em conformidade com a lei, devendo ser presididas e secretariadas por qualquer dos acionistas da Companhia presentes, nos termos do Artigo 128 da Lei das S.A. **Artigo 12º.** As deliberações da Assembleia, ressalvadas as hipóteses de quóruns especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes. **Artigo 13º.** A AGO realizar-se-á anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e Comitês, se instalados. **Artigo 14º.** As Assembleias e as deliberações aprovadas em tais assembleias serão registradas no livro de registro de atas das assembleias e tais atas, quando exigido por lei, serão arquivadas na junta comercial competente. As certidões ou cópias autenticadas das atas das Assembleias deverão ser assinadas obrigatoriamente pelo Presidente e pelo Secretário. **Capítulo IV – Da Administração.** **Artigo 15º.** A Companhia será administrada pela Diretoria, de acordo com as

disposições legais aplicáveis e com este Estatuto Social. **Artigo 16º.** A Diretoria será composta por, ao menos, 2 Diretores, permitida a reeleição, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia. **§ 1º:** A posse dos Diretores está condicionada à assinatura do termo de posse respectivo, lavrado no livro de Atas de Reunião de Diretoria. **§ 2º:** Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos novos membros. **§ 3º:** A Companhia poderá criar outros cargos para a composição da diretoria. **Artigo 17º.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia. **Artigo 18º.** Observadas as disposições dos Artigos 16º, a Companhia será representada e se obrigará: a) isoladamente pelo Diretor Presidente ou conjuntamente por dois Diretores, respeitados os limites dispostos no § 1º deste Artigo e; b) isoladamente, por um ou mais procuradores, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo. **§ 1º:** A prática dos seguintes atos exigirá obrigatoriamente a assinatura conjunta de mais de um Diretor (se de fato houver mais de um diretor eleito): a) criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; b) venda, permuta, transferência ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação, locação ou arrendamento de bens da Companhia de qualquer valor; c) aquisição, compra, venda, permuta, transferência ou qualquer forma de alienação de participações societárias em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; d) celebração de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, debêntures e endividamentos de qualquer natureza, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento pela Companhia; e) celebração de quaisquer contratos que criem obrigações para a Companhia no mesmo exercício fiscal, individualmente ou junto a qualquer série de transações relacionadas ou similares, que excedam R\$ 500.000,00; f) requerimento de autofalência, insolvência e pedido de Recuperação Judicial da Companhia, cessão de direitos ou bens em favor de credores; g) constituição de procuradores; e h) a prática de quaisquer atos fora do curso normal das atividades da Companhia. **§ 2º:** Salvo quando para fins judiciais, os mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, que será declarado na procuração. **Artigo 19º.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores e aos procuradores conceder fianças ou avais ou contrair obrigações de qualquer natureza em nome da Companhia. **Artigo 20º.** As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão ter prazo de validade determinado, deverão vedar o substabelecimento e ser sempre assinadas por dois diretores em conjunto. As procurações outorgadas a advogados para fins judiciais ou administrativos deverão ter finalidade específica e permitir o substabelecimento. **Artigo 21º.** Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, incluindo, mas não se limitando a cauções, garantias, endossos e outras garantias em favor de terceiros, serão expressamente proibidos e inoperantes. **Artigo 22.** Aquele que por designação exercer a função de Administrador ou Diretor terá direito a uma remuneração mensal a título de pro-labore, a ser fixada periodicamente, cujo valor total pago ou creditado será levado à conta de despesas gerais. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Artigo 23º.** Se, e quando instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto de ao menos 3 membros efetivos, todos com mandato de 1 ano (permitida a reeleição), eleitos pela AGA da Companhia, nas condições previstas em lei. **§ Único:** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado em Assembleia mediante convocação dos acionistas. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros.** **Artigo 24º.** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 25º.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nestes balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações dos dividendos obrigatórios intermediários ou para outras aplicações a critério da AGA. **Artigo 26º.** Do lucro líquido apurado em cada balanço, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme previsto do Artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404, de 15.12.76. **§ Único:** O saldo terá a destinação que a Assembleia estabelecer, inclusive para criação de reservas estatutárias, para contingências ou retenção de lucros. **Artigo 27º.** A Diretoria poderá pagar ou creditar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, § 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Da Liquidação da Companhia.** **Artigo 28º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação. **Artigo 29º.** Na hipótese de liquidação da Companhia, seus bens serão destinados ao pagamento dos eventuais credores, distribuindo-se o saldo porventura existente entre os sócios, na proporção das ações existentes. **Capítulo VIII – Disposições Gerais.** **Artigo 30º.** O Acionista que pretender ceder e transferir suas ações total ou parcialmente, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, que terá preferência para adquiri-las na proporção de sua participação no capital social e nas mesmas condições, devendo informar o nome do interessado, adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deve ser exercido no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da notificação. **Artigo 31º.** A Companhia não se dissolverá por morte de sócio pessoa física, continuando com os sócios remanescentes e, se for o caso, com os sucessores do sócio falecido, nas condições previstas neste Artigo. **§ 1º:** Caso os sucessores do acionista falecido não sejam também acionistas, poderão pleitear ingresso na Companhia, observando-se o decidido na partilha do espólio, desde que comuniquem sua intenção de integrar a Companhia aos demais acionistas, por escrito, contra recibo, no prazo de 60 dias a contar da data do falecimento. **§ 2º:** Por decisão de acionistas que representem a unanimidade ações, poderá ser recusada a admissão na Companhia dos sucessores do acionista falecido. Nesta hipótese, nos 30 dias seguintes ao recebimento da notificação referida no § 1º, supra, deverão ser apurados os haveres do acionista falecido. **§ 3º:** Para a deliberação a respeito da admissão dos sucessores que a pleitearem, o direito de voto inerente às quotas detidas pelo acionista falecido será exercido pelos respectivos sucessores, participando, portanto, da formação do quórum de deliberação de que trata este Artigo. **Artigo 32º.** O procedimento previsto no Artigo 29º, supra, aplicar-se-á, no que couber, aos casos de incapacidade ou interdição de qualquer sócio pessoa física. **Artigo 33º.** Em caso de separação judicial, divórcio ou desfazimento de sociedade equiparada à conjugal integrada por qualquer dos acionistas, bem assim meação ou partilha que implique alteração de direitos sobre ações, o ex-conjuge ou sucessor de ações a outro título poderá optar por ingressar na Companhia, observadas as mesmas condições previstas no Artigo 30º, supra. Caso não haja interesse dos que receberam as ações ou caso os demais acionistas recusem o respectivo ingresso, serão apurados e pagos os haveres correspondentes às mesmas ações. **Artigo 34º.** Fica eleito o foro da Comarca de Vinhedo-SP, como sendo o competente para solucionar qualquer controvérsia entre os acionistas relacionada a este Estatuto Social e que não possa ser resolvida amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja. **Artigo 35º.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. JUCESP – Registrado sob o nº 253.903/20-8 e NIRE 35.300.552.773 em 13/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC -
 R\$ 5,3846 / R\$ 5,3852 **
 Câmbio livre mercado -
 R\$ 5,429 / R\$ 5,431 *
 Turismo - R\$ 5,040 /
 R\$ 5,600

(*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
 no dia: 1,150%

OURO BM&F
 R\$ 336,77

BOLSAS
 Bovespa (Ibovespa)
 Variação: 0,85%
 Pontos: 101.317
 Volume financeiro:
 R\$ 28,740 bilhões
 Maiores altas: Hering ON (10,27%), Natura ON (8,18%), Suzano ON (5,92%)
 Maiores baixas: B2W Digital ON (-6,89%), BTG Banco UNT (-3,35%), Lojas Americanas PN (-3,00%)

S&P 500 (Nova York):
 -0,02%
 Dow Jones (Nova York):
 0,12%
 Nasdaq (Nova York):
 -0,21%
 CAC 40 (Paris): -1,58%
 Dax 30 (Frankfurt): -0,71%
 Financial 100 (Londres):
 -1,55%
 Nikkei 225 (Tóquio): 0,17%
 Hang Seng (Hong Kong):
 -0,19%
 Shanghai Composite (Xangai): 1,19%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,49%
 Merval (Buenos Aires):
 -2,17%
 IPC (México): 0,87%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE

Junho 2019: 0,01%
 Julho 2019: 0,19%
 Agosto 2019: 0,11%
 Setembro 2019: -0,04%
 Outubro 2019: 0,10%
 Novembro 2019: 0,51%
 Dezembro 2019: 1,15%
 Janeiro 2020: 0,21%
 Fevereiro 2020: 0,25%
 Março 2020: 0,07%
 Abril 2020: -0,31%
 Maio 2020: -0,38%
 Junho 2020: 0,26%

LPP I Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.019.552/0001-19

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa													
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita Líquida	Controladora		Consolidado		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado						
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019					
Circulantes	137.616	13.953	138.463	19.877	172.894	36.837	178.601	42.581	111.512	(13.719)	(12.888)	(15.347)	34.177	(12.558)	35.700	(10.747)			
Caixa e equivalentes de caixa	127.721	4.047	127.859	5.891	Custo dos serviços prestados	(111.512)	(13.719)	(112.888)	(15.347)	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	34.177	(12.558)	35.700	(10.747)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Contas a receber de clientes	9.121	8.117	9.830	12.097	Lucro Bruto	61.382	23.118	65.713	27.234	Resultado de equivalência patrimonial (858)	(710)			Depreciação e Amortização	111.512	13.719	112.888	15.347	
Impostos e contribuições a compensar	770	716	770	716	(Despesas) Receitas Operacionais Gerais e administrativas	(8.582)	(8.304)	(10.661)	(9.934)	Provisão para ajuste ao valor recuperável – "impairment"	12.794	6.887	12.794	6.887	Custo venda de galpão	(101.196)		(101.196)	
Outros ativos circulantes	4	1.073	4	1.173	Resultado de equivalência patrimonial	858	710			Ágio venda de galpão	(36.000)		(36.000)		Ágio venda de galpão	(36.000)		(36.000)	
Não circulantes	396.771	562.274	395.859	570.033	Despesas tributárias	(151)	(13)	(164)	(17)	Provisão para perda do valor recuperável	(12.794)	(6.887)	(12.794)	(6.887)	Juros provisionados	19.057	19.889	19.057	19.889
Impostos diferidos ativos	15.858	13.803	15.549	13.632	Provisão para perda do valor recuperável	(12.794)	(6.887)	(12.794)	(6.887)	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	118		118		Provisão para crédito de liquidação duvidosa	223	249	223	260
Contas a receber – partes relacionadas	10.304	10.346	10.304	10.346	Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	40.490	8.375	41.871	10.136	Variação nos ativos operacionais:				Contas a receber	(1.227)	(1.135)	2.044	(2.996)	
Depósitos judiciais	5.409	3.450	5.409	3.450	Receitas financeiras	12.804	254	12.950	306	Contas a receber	(1.227)	(1.135)	2.044	(2.996)	Impostos e contribuições a compensar	(54)	176	(54)	176
Investimentos em controladas	38.968	90.855			Despesas financeiras	(19.117)	(21.187)	(19.121)	(21.188)	Recebimento de dividendos	4.154	1.762			Outros ativos circulantes	1.069	145	1.169	107
Propriedades para investimento	326.232	443.820	364.633	542.605	Despesas financeiras	(6.313)	(20.933)	(6.171)	(20.882)	Outros ativos circulantes	1.069	145	1.169	107	Contas a pagar	28	339	18	277
Total dos ativos	534.387	576.227	534.358	589.910	Imposto de Renda e Contribuição Social	25.001	(8.804)	25.855	(7.749)	Contas a pagar	(82)	(23)	(88)	(4)	Obrigações fiscais	20		(145)	
Passivo	17.136	16.309	17.107	16.549	Corrente	(11.232)		(11.764)	(6.210)	Imposto de renda e CSLL a pagar	20		(145)		Pagamento de contingências e depósitos judiciais, líquido	(1.959)	(208)	(1.959)	(207)
Circulantes					Diferido	2.056	3.754	1.919	3.607	Outros passivos operacionais:					Contas a pagar	28	339	18	277
Empréstimos e financiamentos		10.279		10.279	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	25.001	(8.804)	25.855	(7.749)	Contas a pagar	28	339	18	277	Obrigações fiscais	(82)	(23)	(88)	(4)
Contas a pagar	3.277	3.249	3.300	3.282	Atribuível a			25.001	(8.804)	Aos controladores			25.001	(8.804)	Imposto de renda e CSLL a pagar	20		(145)	
Imposto de renda e CSLL a pagar	20		20	165	Aos controladores			854	1.055	Aos não controladores			25.001	(8.804)	Pagamento de contingências e depósitos judiciais, líquido	(1.959)	(208)	(1.959)	(207)
Obrigações fiscais	291	374	306	415	Demonstrações do Resultado Abrangente					Outros passivos operacionais:					Outros passivos operacionais e não circulantes	1.188	458	1.120	461
Adiantamentos de clientes	166	166	166	166	Controladora					Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.964	28.990	45.689	29.450	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.964	28.990	45.689	29.450
Contas a pagar – partes relacionadas	10.355		10.355		Consolidado					Imposto de renda e CSLL pagos	(10.716)		(12.123)	(617)	Imposto de renda e CSLL pagos	(10.716)		(12.123)	(617)
Outros passivos circulantes	3.027	2.241	2.960	2.242	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	25.001	(8.804)	25.855	(7.749)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, líquido	32.248	28.990	33.566	28.833	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, líquido	32.248	28.990	33.566	28.833
Não Circulantes	310.226	209.451	310.226	209.452	Resultado Abrangente total do Exercício	25.001	(8.804)	25.855	(7.750)	Fluxo de caixa das atividades de investimento					Contas a receber – Partes relacionadas	42	14.081	42	14.081
Empréstimos e financiamentos	301.308	201.052	301.308	201.052	Atribuível a			25.001	(8.804)	Aumento de capital	(2.255)	(1.807)			Aumento de capital	(2.255)	(1.807)		
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.135	1.017	1.135	1.018	Aos controladores			854	1.054	Venda de Galpão	135.830		135.830		Venda de Galpão	135.830		135.830	
Outras contas a pagar	7.783	7.382	7.783	7.382	Aos não controladores			25.855	(7.750)	Venda de investimento	45.980		43.182		Venda de investimento	45.980		43.182	
Patrimônio Líquido	207.025	350.467	207.025	363.909	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Controladora e Consolidado					Adições às propriedades para investimentos	(1.003)	(2.475)	(2.050)	(2.656)	Adições às propriedades para investimentos	(1.003)	(2.475)	(2.050)	(2.656)
Capital social	200.969																		

Negócios

OMC: pandemia pode elevar os custos no comércio



A Organização Mundial de Comércio (OMC) afirma que as barreiras comerciais representam pelo menos 10% dos custos comerciais em todos os setores, incluindo medidas tarifárias e não tarifárias. Além disso, a OMC comenta em relatório o fato de que a pandemia da covid-19 pode elevar os custos no comércio, diante de dificuldades geradas à circulação.

A OMC diz que custos com viagens e transporte representam até um terço dos custos do comércio, a depender do setor. “As restrições de viagem relacionadas à pandemia portanto devem afetar os custos comerciais enquanto estiverem em vigor”, afirma. A entidade aponta que o transporte marítimo tem visto

um recuo no número de embarques, enquanto o transporte internacional por terra tem sido afetado por fechamento de fronteiras e medidas sanitárias. E lembra também que as viagens de negócios são afetadas, no quadro atual.

A entidade nota que a pandemia levou tanto a restrições ao comércio quanto à facilitação para algumas importações, mas isso afetou até agora um pequeno conjunto de produtos. “Uma mudança induzida pela crise rumo à digitalização de procedimentos alfandegários e regulatórios para reduzir o contato físico poderia potencialmente reduzir os custos associados ao comércio no longo prazo”, nota.

O relatório destaca ainda a incerteza como um fator que eleva o impacto dos cus-

tos já existentes no comércio, pesando sobre os fluxos e reduzindo o apetite das empresas para investir na busca por novos mercados, entre outras medidas dificultadas pelo quadro atual. Olhando adiante, o documento da OMC diz que muitas mudanças nos custos do comércio podem ser revertidas assim que a pandemia for controlada, “mas alguns efeitos podem persistir”, como por exemplo uma consolidação no setor industrial e uma menor demanda por viagens internacionais, que poderiam elevar o custo do transporte aéreo. A OMC ainda destaca a importância das decisões dos governos para resolver essas incertezas relacionadas aos custos do comércio no futuro.

Estado SP/Biznews

Era da China de fábrica mundial acabou, diz fornecedora da Apple



A Hon Hai Precision, fornecedora-chave da Apple e de outras gigantes de tecnologia, planeja dividir sua cadeia de suprimentos entre o mercado chinês e os Estados Unidos. Segundo a empresa, o reinado da China como polo de fabricação mundial acabou por causa da guerra comercial.

O presidente do conselho da Hon Hai, Young Liu, disse que está gradualmente expandindo capacidade fora da China, a principal base de produção de eletrônicos como iPhones, desktops da Dell e switches Nintendo. A proporção fora do país atualmente é de 30% em relação a 25% em junho.

Essa proporção aumen-

No pior da crise, Movida oferece carros online e tem recorde de vendas

A locadora de carros Movida vendeu mais carros na pandemia do que fora dela. No pior da crise, a companhia fechou o segundo trimestre de 2020 com receita de 1 bilhão de reais, um crescimento de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro ficou em 2,6 milhões de reais, após prejuízo de 114 milhões de reais no primeiro trimestre.

Um ponto crucial para o aumento na receita da companhia durante a crise foi a venda de seminovos. A Movida acelerou um projeto para fazer a venda de seminovos totalmente online. Na modalidade, o cliente compra o carro pela internet, recebe em casa e assina o contrato somente após fazer uma vistoria no veículo.

Com o avanço tecnológico, as vendas de seminovos ficaram em 740 milhões de

reais, um crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior. O sucesso das vendas online leva a companhia a estudar uma mudança de planos na abertura de lojas de seminovos no futuro, considerando que há menos necessidade de unidades físicas.

A frente de aluguel de carros foi a que mais sofreu no trimestre, com queda de 34% na receita líquida em relação ao mesmo período de 2019. O segmento foi duramente impactado pela redução na demanda de alugueis de turismo, os mais rentáveis para a companhia.

A locadora aposta também no aluguel de carros zero quilômetro, cuja plataforma foi lançada no final de abril. Pela modalidade os carros são alugados por 12, 24 ou 36 meses. A meta é atuar como uma espécie de gestão de frota, mas para a pessoa física.

Exame



tará à medida que a empresa – também conhecida como Foxconn – transfira mais operações de manufatura para o sudeste da Ásia e outras regiões. O objetivo é evitar o aumento de tarifas sobre produtos de fabricação chinesa destinados aos mercados dos EUA, disse Liu a repórteres depois da divulgação do balanço.

“Não importa se é Índia, Sudeste Asiático ou Américas, haverá um ecossistema de manufatura em cada um”, disse Liu, acrescentando que, embora a China ainda desempenhe um papel fundamental no império de manufatura da Foxconn, os “dias do país como fábrica do mundo acabaram.”

A escalada das tensões comerciais entre os governos

de Washington e Pequim levou fabricantes de aparelhos a diversificarem suas bases de produção fora da China. Liu havia dito anteriormente que o produto mais valioso da Apple, o iPhone, poderia ser fabricado fora da China se necessário.

A empresa taiwanesa registrou lucro líquido acima do esperado, de 22,9 bilhões de dólares taiwaneses (US\$ 778 milhões) no trimestre encerrado em junho, impulsionado pelo aumento da demanda por iPads e MacBooks.

A receita foi de 1,13 trilhão de dólares taiwaneses, mas a Hon Hai alertou que espera que as vendas no terceiro trimestre caiam dois dígitos em relação a 2019, com o atraso do lançamento do iPhone neste ano.

Infomoney